

ANAIS DO
VI SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITARIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*.

TRABALHO LIVRE E TRABALHO ESCRAVO.

VOLUME I

XLIII

Coleção da *Revista de História* sob a direção
do Prof. Eurípedes Simões de Paula.



SÃO PAULO — BRASIL
1973.

PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA NUMA CODIFICAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL DO RIO DE JANEIRO (1850-1870):
ALGUNS ASPECTOS (*).

BÁRBARA LEVY

do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense (RJ).

1. — *Introdução.*

Este trabalho preliminar é uma tentativa de estabelecer a participação da população, quer livre quer escrava, numa codificação sócio-profissional, distribuindo a população da cidade do Rio de Janeiro nas diferentes atividades econômicas. É pois, um levantamento de história demográfica voltado no sentido de fornecer a

“combinação entre a profissão e o nível social” (1).

Constituiu uma primeira aproximação vincu'ada a uma pesquisa sobre demografia e estruturas sócio-profissionais do Rio de Janeiro entre 1808 e 1889 (2). O destacamento do período relativo a 1850-1870 obedeceu a dois critérios fundamentais. O primeiro de ordem metodológica, pois englobando a pesquisa uma fase de transição, essas duas aparecem como essenciais na caracterização do processo de produção artesanal e manufatureiro como dominantes ao mesmo tempo que adquirem maior expressão as organizações empresariais de caráter industrial. O segundo critério se vincula estritamente às fontes de pesquisas, pois é a partir de 1850 que os “corpos” documentais se tornam mais abundan-

(*) . — Comunicação apresentada na 2ª sessão de estudos, Equipe D, no dia 6 de setembro de 1971 (*Nota da Redação*).

(1) . — Albert Soboul, *Description e Mesure en histoire sociale*, 1967. PUF.

(2) . — A pesquisa geral visa inventariar as fontes demográficas, que servirão de base a um estudo das estruturas sociais urbanas e a uma classificação sócio-profissional. Tornou-se possível, em grande parte, graças ao empêno da Universidade Federal Fluminense.

tes, facultando a comparação entre os dados fornecidos e preenchendo lacunas eventuais com informações de igual importância.

O tratamento das fontes demográficas seguiu, em largas linhas e com as adaptações indispensáveis ao caso brasileiro — adaptações no que concerne à problemática e às técnicas de pesquisa — as direções sugeridas pelo professor Ernest Labrousse (3).

Cumprе assinalar que nossa pesquisa está em curso e os dados quantitativos aqui apresentados são fragmentários e parciais, podendo ser objeto de revisões e modificações futuras. Qualquer tentativa de síntese seria, com efeito, prematura.

*

2. — FONTES UTILIZADAS NO PRESENTE TRABALHO.

2.1. — Fontes Impressas.

2.1.1. — Relatórios dos Ministérios apresentados às Assembléias Legislativas (1850-1870).

2.1.1.1. — Relatórios do Ministério do Império.

Precedidos pela fala do Ministro êsses relatórios se fazem acompanhar de anexos, referentes ao balanço das atividades das diferentes juntas subordinadas ao dito Ministério. Destas a mais importante para todo o período é a Junta Central de Higiene Pública. Segue êsse relatório uma ordem quase constante, analisando a situação da Saúde Pública da Côrte, a relação das principais moléstias ordinárias e epidêmicas e é sempre ultimado por um Quadro da Estatística Mortuária do Município Neutro. A partir de 1870, último ano por nós abordado nesta comunicação, surge um Anexo referente à Estatística que sem dúvida serviu para estimular a criação e regulamentação da Diretoria Geral de Estatística, através do Decreto nº 4.676 de 14 de janeiro de 1871. Êsse anexo traz uma "Memória" intitulada: "Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si, tentadas desde os tempos coloniais até hoje" realizada por Joaquim Norberto de Souza e Silva, que é fora de dúvida uma resenha preciosa.

2.1.1.1. — Relatórios do Ministério da Justiça.

As falas do Ministro da Justiça não são sempre acompanhadas por anexos, publicados na maioria das vezes separadamente. Duas coleções que nem sempre se completam em relação aos ane-

(3). — Ernest Labrousse, *Voies nouvelles vers une histoire de la bourgeoisie occidentale aux XVIIIe et XIXe siècles (1700-1850)*. X Congresso Internazionale di Scienze storiche. Roma, 1955.

xos existem nos acêrvos do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional. Para nós os anexos mais importantes são os referentes aos relatórios do Chefe de Polícia da Côrte, que acumulava, então, as funções de prefeito da capital do Império. Obrigado que era a reco'her os roes paroquiais contendo o número de almas e dos fogos (4) apresentava essas listas em feição estatística. Em 1857, o Chefe de Polícia, Dr. Antônio Thomaz de Godoy, dirigiu um inquérito populacional bastante questionável, mas importante enquanto têrmo de comparação com dados recolhidos de outras fontes.

2.1.3. — *Fontes Estatísticas Oficiais.*

2.1.3. — *Aspectos Estatísticos do Dsitrito Federal, DGEDF — 1950.*

2.1.3.2. — *Anuário Estatístico do Brasil (1908-1912).*

2.1.3.3. — *Recenseamento do Rio de Janeiro — 1906.*

Destas fontes foram retirados dados demográficos relativos aos anos de 1849, 1856, 1870, 1872. A pobreza dos recenseamentos oficiais torna impossível sua utilização exclusiva numa pesquisa de demografia histórica.

2.1.4. — *Almanak Laemmert.*

Os Almanques se constituem numa fonte sup'ementar importante desde que tratados com a devida cautela. Revestidos de colaboração oficial fornecem todo o quadro do funcionalismo público e seções separadas dedicadas às profissões, comércio e indústria no perímetro urbano e nas freguesias suburbanas.

O Almanak Laemmert começou a ser publicado em 1844 e a Coleção da Biblioteca Nacional possui todos os exemplares até 1891.

O levantamento exaustivo dêste almanaque (5) nos forneceu dados sôbre:

(4). — “O fogo é composto pela família do chefe do fogo (pais e filhos), podendo haver outros dependentes e escravos... Mas pode haver um “fogo” sem chefe de família; trata-se dos fogos dos celibatários..., de casas habitadas unicamente por escravos..., colégios ou regimentos...” Maria Luiza Marcílio, *Tendances et Structures des Menages dans la capitainerie de São Paulo (1765-1828)*. CNRS. Paris, 1971.

(5). — Nesta tarefa de catalogação e enumeração dos dados contidos no Almanak Laemmert para torná-los capazes de receber tratamento estatístico foi de grande importância o trabalho de Angelo Prado Peçanha, Maria Cristina Metello da Silva Paz, Mariuza da Silva Baranda, Sônia Regina de Mendonça e Angela Regina Andrade Bittencourt Silva, todos alunos do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense.

- número de comerciantes nacionais e estrangeiros
- profissões, comércio e indústria catalogadas no Rio de Janeiro (1850-1870)
- papel das profissões ditas liberais como parâmetro de urbanização
- a indústria como fator de retenção da população operária, evitando o esvaziamento das áreas suburbanas em função do declínio da produção para subsistência
- ê— tendência a fragmentação das grandes fazendas de exportação em lavouras

Esta fonte utilizada sem o amparo do levantamento dos documentos do Tribunal do Comércio e Indústria da Côrte, como administrativos, vinculado ao Ministério da Justiça a partir de 1851 tem importância apenas relativa, pois seus dados só poderão posteriormente ser postos a prova.

2.2. — *Fontes Manuscritas.*

2.2.1. — *Livros paroquiais de registro de batismo, casamento e óbito de homens livres e escravos (1850-1870).*

A única paróquia que possui registros sèriamente completos é a do Sacramento. As demais apresentam pequenas lacunas. O estado de tais livros é ruim e se encontram na maioria ainda nas paróquias não tendo sido reco'hidos pela Cúria Metropolitana ou pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara que tantas vêzes já se empenhou em resguardá-los. Apenas a paróquia de Irajá restaurou os seus livros e parte dos da Paróquia de Santa Rita foram recopiados.

Os livros paroquiais oferecem dados da maior importância para a demografia histórica mas não podem servir a uma codificação sócio profissional em função da pobreza dos dados exigidos pelos párocos na rotina do registro.

As fichas organizadas para o recolhimento dos dados obedeceram a orientação do Professor Louis Henry adaptadas, naturalmente, à existência de escravos e a importância em estabelecer quais eram seus proprietários (6).

*

3. — *OS RECENSEAMENTOS OFICIAIS.*

Tomando como balizamento do nosso trabalho os recenseamentos oficiais de 1849 e 1870 achamos conveniente não só apresentar seus dados como tentar criticá-los.

(6). — *Manuel de Demographie Historique.* Droz, Paris. 1967.

3.1. — *O recenseamento de 1849.*

O alistamento dos habitantes do Município da Côrte de 1849 foi dirigido por Roberto Jorge Haddock Lôbo, a pedido do Ministro da Justiça e Negócios do Estado Euzébio Mattoso Câmara. Por êsse arrolamento resultou que a população estaria assim distribuída:

8 Freguezias da cidade	205.906
8 Freguezias rurais	60.560
	<hr/>
Total da população	266.466.

Quanto a distribuição da população em relação à sua condição de livre ou escrava, veremos:

Cidade

Livres e libertos de um e outro sexo	127.051
Escravos de um e outro sexo	78.855
Excedentes a favor da população livre ..	48.196.

Rural

Livres e libertos de um e outro sexo	28.813
Escravos de um e outro sexo	31.747
Excedente a favor da população escrava ..	2.934.

Quanto a nacionalidade concluiremos:

	<i>homens</i>	<i>mulheres</i>	<i>total</i>
Livres e libertos nacionais ..	53.286	56.205	109.491
Escravos nascidos no país	22.462	22.140	44.602
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	75.748	78.345	154.093.

Excedente a favor das mulheres: 2.597

	<i>homens</i>	<i>mulheres</i>	<i>total</i>
Livres e libertos estrangeiros ..	34.088	12.285	46.373
Escravos estrangeiros	43.129	22.871	66.000
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	77.217	35.156	112.373.

3.2. — *O recenseamento de 1870.*

Mandado executar pelo Ministro do Império Paulino José Soares de Souza ficaram responsáveis por êsse arrolamento Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, Francisco de Faria Lemos, Izidro Borges Monteiro, Domingos de Andrade Figueira e José Vicente Jorge. Muito mais rico em dados que o anterior, procuraremos dêles extrair apenas os dados que possibilitem comparações. Assim teremos distribuição regional da população:

11 Freguesias da cidade	192.002
8 Freguesias rurais	43.379
	<hr/>
Total da população	235.381.

A população livre e escrava se dividia da seguinte forma:

Cidade

Livres e libertos de um e outro sexo	154.649
Escravos de um e outro sexo	36.353
	<hr/>
Excedente a favor da população livre ..	118.296.

Rural

Livres e libertos de um e outro sexo	30.640
Escravos de um e outro sexo	13.739
	<hr/>
Excedente a favor da população livre ..	16.901.

Quanto a nacionalidade:

	<i>homens</i>	<i>mulheres</i>	<i>total</i>
Livres e libertos nacionais ..	59.363	61.009	120.372
Escravos nascidos no país	16.681	19.652	36.333.

Excedente a favor das mulheres: 4.617.

	<i>homens</i>	<i>mulheres</i>	<i>total</i>
Livres e libertos estrangeiros ..	48.438	16.479	64.917
Escravos estrangeiros	8.838	4.921	13.759.

Excedente a favor dos homens: 35.876.

3.3. — *Comparação entre os dados fornecidos.*

A primeira vista causa logo surprêsa o fato da população em 1849 ser maior que a registrada em 1870. Dado da maior importância pois que, como é sabido, a grande expansão do café no Vale do Paraíba constituiu o Rio de Janeiro como seu eixo escoadouro.

Abrem-se pois as discussões e críticas em relação aos critérios dêsses recenseamentos.

O recenseamento dirigido por Haddock Lôbo apresenta a população duplicada em relação ao recenseamento de 1838, que determinava o número de habitantes da Côrte em 137.078, isto em apenas onze anos. No seu relatório explica a defazagem da seguinte maneira:

Comparada ainda com a que se achou em 1938, temos:

1838	137.078
1849	266.466
Crescimento em 11 anos	129.388
Crescimento em cada ano	11.762,5.

“Parece-nos que semelhante crescimento peca por demasiado, donde com razão se pode concluir que aquêlê recenseamento de 1838 está muito abaixo do que deveria ser”.

Ora, mesmo admitindo que o censo de 1838 ficasse aquê m da verdade e que a população se elevasse a 150.000, em 1849, isto é, onze anos depois, com o aumento progressivo de 1,8%, máximo que é possível conceder, não podia ser maior que 182.522, e conseqüentemente ainda dêsse modo bastante aquê m da cifra alcançada.

Os dados para uma crítica mais profunda dos meios utilizados no recenseamento de 1849 nos são fornecidos melo próprio chefe do recenseamento:

“Pelo que respeita as oito freguezias de fora da cidade, não poderíamos empregar a mesma fiscalização pois que não estão elas sujeitas ao impôsto da décima urbana. Todavia servimo-nos para êsse fim de outros dados de informações: de particulares e do conhecimento próprio que temos de quase tôdas elas”. E adiante: “Demos demais em todos os quarteirões da cidade 5% sôbre a apuração obtida”.

Utilizando-nos de outros dados de comparação veremos que pela Estatística Mortuária da População da Côrte no ano dêste recenseamento subiu a 6.651 óbitos. Como teremos oportunidade de mostrar mais adiante a proporção mais favorável de mortes é de 1 para cada 23,86 entre os livres e 1 por 15,88 entre os escravos. Respeitando esta base, a população em 1849 chegaria a 186.228 habitantes.

Em relação ao recenseamento de 1870, existe, para dar daí suporte às suas conclusões, o primeiro censo nacional realizado em tôdo o país em bases estatísticas sérias, o de 1872. Na verdade não se nota, na comparação dos dados, nenhuma discrepância séria, uma vez que êste último pode ser assim resumido:

Freguesias Urbanas	222.313
Freguesias Rurais	44.512
	<hr/>
População Terrestre	266.831
População Marítima	8.141
	<hr/>
Total	274.972.

Na introdução do recenseamento realizado em 1º de setembro de 1920, Oliveira Viana afirma:

“O censo de 1870 foi considerado mais perfeito dentre todos os que se realizaram, na Côrte, ou capital do Brasil, na vigência do passado regimem” (6a.).

Fica pois o balizamento prejudicado pela discussão do recenseamento de 1849. Torna-se então imprescindível tratar-nos com outras fontes, recorrendo sempre ao censo de 1870 como único ponto de referência. Ficam, entretanto, como idéia, as proporções relativas à população, distribuída quanto à condição, nacionalidade e sexo na cidade e freguesias rurais.

*

— MOVIMENTO DA POPULAÇÃO.

O estudo do movimento da população desde 1850 até 1869 representa um espaço suficiente para que seja cabalmente conhecido em tôdas suas relações. No intuito de fazer observações mais gerais e comp'etas, tiramos de cada um dos quatro quinquênios os termos médios respectivos.

(6a.). — Página 429.

4.1. — *Nascimentos*

4.1.1. — *Têrmos médios quinquenais dos batizados:*

Anos	Urbana	Rural	Total
1850 — 1854	4.560	1.598	6.158
1855 — 1859	4.739	1.239	5.978
1860 — 1864	4.654	1.474	6.128
1865 — 1869	4.847	1.408	6.255 (7).

Tomando a população de 1870 como base, temos para o último quinquênio 1 batizado para 37,63 habitantes e uma proporção maior para a cidade que para a freguesia rurais.

4.1.2. — *Batizados quanto aos sexos.*

Anos	Homens	Mulheres	Excesso-	
			Homens	Total
1850 — 1854	3.277	2.881	396	6.158
1855 — 1859	3.083	2.895	188	5.978
1860 — 1864	3.100	3.020	72	6.128
1865 — 1869	3.181	3.074	107	6.255.

Podemos então verificar:

— em todos os quinquênios, com exceção do de 1855-1859, os batizados foram sempre superando os níveis anteriores.

— que os batizados do sexo masculino foram sempre mais numerosos que os do feminino.

— que somados todos os batizados nos 20 anos, os meninos superam as meninas em 6,41%.

4.1.3. — *Batizados quanto à condição.*

Anos	Livres	Escravos	Total	%
1850 — 1854	3.708	2.450	6.158	39,78
1855 — 1859	4.060	1.918	5.978	32,08
1860 — 1864	4.515	1.613	6.128	26,32
1865 — 1869	4.985	1.270	6.255	20,30

(7). — Não foi possível localizar o número de crianças que foram batizadas na casa dos Expostos no período de 1857 a 1867. Nos outros anos este número é fornecido pelo relatório do Presidente da Junta de Higiene Pública.

Segue-se portanto que:

— constando no recenseamento de 1870 a população livre em 185.289, há para o último quinquênio 1 batizado para cada 37,16 pessoas livres.

— do mesmo modo temos numa população de 50.092 escravos, 1 batizado para cada 39,44 escravos.

— donde, os escravos são menos fecundos que os homens livres.

4.1.4. — *Conclusão quanto aos nascimentos.*

Não havendo registro civil ficamos limitados aos registros paroquiais de batismo que apresentam muitas deficiências:

— muitas crianças morriam antes de serem levadas à pia batismal.

— êsses assentamentos não inc'uem, como é natural, aquêles que não pertenciam a religião católica.

Não havendo meios de contornar as duas últimas objeções parece-nos que, através da análise da mortalidade infantil, feita pelo presidente da Junta de Higiene Pública, poder-se-á obter uma aproximação maior entre o número de batizados e os nascimentos.

Como, até o presente momento, os dados comparativos com a população total que manejamos são os de 1870, limitar-nos-emos a apresentar os dados para o último quinquênio em questão:

Crianças nascidas mortas, falecidas ao nascer, de dias e meses;

1864	—	538
1865	—	484
1866	—	334
1867	—	539
1868	—	987
1869	—	1.779
		<hr/>
Total		4.658
Térmo médio		776,3.

Pressupondo-se que essas crianças não foram batizadas nas igrejas por dificuldades óbvias, adicionamos êsse número ao de batizados para conceber o total dos nascimentos no município. A proporção assim se reduz de 1 batizado para cada 37,63 habitantes, para 1 nascimento para cada 35,66 habitantes, mantendo-se as proporções entre sexo e condição.

*

5. — ÓBITOS.

5.1. — *Têrmos médios quinquenais dos óbitos.*

Consideremos que a inclusão das mortes por epidemias no presente estudo seria prematura, pois que nossos estudos sôbre as declarações da “causa-mortis” nas certidões de óbitos ainda não estão completos, trataremos apenas da mortalidade ordinária.

Anos	Urbana	Rural	Total
1850 — 1854	6.396	1.279	7.675
1855 — 1859	7.282	1.116	8.398
1860 — 1864	7.586	1.118	8.704
1865 — 1869	7.613	1.123	8.736

Confirmando êsses dados, no relatório de 1870, o Presidente da Junta de Higiene Pública declara: “a mortalidade ordinária da Cidade do Rio de Janeiro tem flutuado entre 8.200 a 8.600, pouco mais ou menos: e que indica que o aumento progressivo da população não tem feito aumentar a mortalidade em proporção equivalente”.

Pode-se, pois, concluir que a proporção no quinquênio de 1865 a 1869 se situa em 1 óbito para cada 22,73 habitantes.

5.2. — *Óbitos quanto a condição, incluída a mortalidade:*

Anos	Freg. Urbana		Freg. Rurais		Total
	Livres	Escravos	Livres	Escravos	
1850 — 1854	5.109	2.177	626	663	8.585
1855 — 1859	6.392	2.927	621	545	10.485
1860 — 1864	6.492	2.571	580	580	10.223
1865 — 1869	6.487	2.282	707	448	9.924

Êsses dados nos possibilitam determinar a proporção entre a mortalidade de livres e escravos. Assim, comparando o têrmo médio do último quinquênio com o número de homens livres recensados em 1870, veremos que morre um homem livre para cada 25,86 vivos, ou 4,19%. Efetuando a mesma operação para os escravos, acharemos que há 1 óbito para 15,88 escravos vivos, ou 6,29%.

5.3. — *Comparação entre os batizados e óbitos:*

Anos	Batizados	Óbitos	
		Ordinários	Excesso de óbitos ordinários
1850 — 1854	6.158	7.675	1.517
1855 — 1859	5.978	8.398	2.420
1860 — 1864	6.128	8.704	2.576
1865 — 1869	6.255	8.736	2.481

Chama logo a atenção o fato de haver uma desproporção entre o número de batizados e de óbitos, excedendo êsses últimos em relação aos primeiros.

É preciso buscar a origem dêste fenômeno pois que o desenvolvimento da produção cafeeira na província do Rio de Janeiro, no leste paulista e na região fronteiriça de Minas Gerais repercutiu sobre a cidade, cujo pôrto escoava tôda essa produção. O aumento de sua população numa média de 1,8% ao ano, conforme prova a comparação entre o recenseamento de 1870 e 1872, é facilmente explicável pelo grande surto comercial e financeiro, ligado ao entrepôsto, à comercialização e ao financiamento do café.

Deixando de lado a mortalidade epidêmica, que pode ser considerada fenômeno episódico e assim mesmo o excesso de óbitos se verificou. Sem a pretensão de esgotarmos o assunto, encadearmos algumas conclusões que atenuam essa desproporção evidente.

O número de óbitos é inquestionável, na medida em que, nos anos em questão, os enterros já eram realizados em cemitérios e obrigatoriamente registrados; o mesmo não se pode dizer em relação aos batizados pois que, como já indicamos, seu número não pode ser identificado com o de nascimentos.

O fluxo imigratório é outra variável importante. Os relatórios do chefe de Polícia Francisco de Faria Lemos ao Ministro da Justiça nos anos de 1865 a 1870 trazem a relação entre a entrada e saída de estrangeiros. Agregamos a êsses dados, aquêles extraídos do Quadro da Estatística Mortuária do Município da Côrte, quanto a mortalidade de estrangeiros e obtivemos o seguinte quadro:

Anos	Entradas	Saídas	Permanência	Óbitos
1865	6.377	5.161	1.216	4.402
1866	12.333	7.865	4.468	3.847
1867	9.909	4.292	5.617	3.017
1868	8.860	4.202	4.653	3.996
1869	11.234	5.766	5.468	2.771
Total	48.703	23.286	21.422	18.233

Daí concluímos que a média de permanência de estrangeiros era de 4.284 e a de óbitos 3.646. A contribuição dos imigrantes no crescimento da produção se limitava a diminuir o excesso da mortalidade em apenas 638 sôbre a natalidade. Atenuava o desnível, mas não explicava o aumento da população.

O quadro mostra também um índice de mortalidade estrangeira extraordinariamente grande pôsto que morre 1 para cada 19! Numa população de 78.676 imigrantes a explicação simples de dificuldade de aclimação não satisfaz. Mais próximos da mortalidade escrava ($\pm 1/15$) do que da população nacional livre ($\pm 1/23$), formulamos a hipótese de que as condições de trabalho em que viviam estavam, na mesma proporção, também mais próxima dos primeiros.

5.4. — Média da vida humana no Rio de Janeiro.

Admitindo-se que se possa conhecer a média de vida de uma população dividindo-se o total dela pela média da soma de nascimentos e óbitos, teremos no quinquênio 1865/69, único período em que se pode fazer essa comparação, em virtude do recenseamento de 1870, um ciclo vital médio de 30 anos, englobados brasileiros e estrangeiros, livres ou escravos.

*

6. — CASAMENTOS.

As paróquias possuem um só livro, onde são registrados os casamentos de livres e escravos. Os têrmos médios quinquenais nos 20 anos estudados são:

Casamentos			
Anos	Livres	Escravos	Total
1850 — 1854	651	36	687
1855 — 1859	798	15	813
1860 — 1864	1.021	9	1.030
1865 — 1869	1.049	8	1.057

Apesar da população escrava diminuir cada ano com uma taxa de mortalidade de 6,57% e possuir uma capacidade de reprodução muito baixa (2,95%) é assim mesmo irrisória a quantidade de casamentos que se verifica. Apesar de batizados como católicos, o laço indissolúvel do casamento religioso não interessava a seus proprietários que os possuíam como mercadoria. A vinculação com a religião do Estado era apenas mais um instrumento ideológico de dominação que se tornava secundário quando seus

princípios entravam em contradição com a estrutura de exploração de classe.

A estrutura familiar da população livre só pode ser estudada pelos registros paroquiais de batismos que acusam uma taxa de 10% de crianças ilegítimas. Se classificamos os filhos legítimos de escravos como 0,0% em função de seu número insignificante e subtraímos do número total de batismos, as crianças escravas e os 10% de ilegítimos livres, poderemos concluir que cada família constituída através do casamento, corresponderia 4,67 filhos. Realizando a operação no sentido inverso vemos que existia 1 criança ilegítima para cada 3,88 reconhecidas.

*

7. — CODIFICAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL.

Caracterizar o movimento da população livre e escrava não satisfaz se não houver a preocupação de classificar essa população em suas atividades profissionais. Esse é o conteúdo social da demografia histórica sem o qual os números nada indicam.

7.1. — *A codificação profissional no recenseamento de 1870.*

O primeiro censo que teve a preocupação de fazer um levantamento da distribuição da população por profissões na cidade do Rio de Janeiro foi o de 1870. A classificação adotada não foi definida previamente e as atividades sócio-profissionais aparecem em categorias emaranhadas que dificilmente se pode fazer uso desta fonte a não ser como ponto de referência.

Inicialmente 34,3% da população não foi ao menos categorizada, aparecendo sob o título geral de pessoas “sem profissão conhecida” daí, apenas os 2/3 restantes receberam qualificação.

O “serviço doméstico” abrangem mulheres e crianças assim como uma quantidade muito grande de escravos (52,7%) e sua cifra se elevou a 22,6% da população.

Foram então codificadas apenas 43,1% da população e mesmo essa é interpretada: “proprietários” podem ser “profissionais literários”, “funcionários públicos” ou “militares” donde, o número de proprietários é irreal, o que equivale a dizer que é irreal o de qualquer dessas profissões até que outra fonte prove o contrário. Exemplos como esse podem se fazer numa série de outras combinações como pessoas que vivem de suas “agências” e “comerciantes”. Não há pois critérios cientificamente corretos.

Algumas dessas deficiências podem ser superadas pelo Almanak Laemmert ou pelos relatórios do Chefe de Polícia ao Ministro da Justiça mas, ainda assim, como assinalamos de início, são dados apenas preliminares, débeis se não confirmados por fontes que deem margem a comparações.

7.2. — *Alguns Aspectos da codificação sócio-profissional no perímetro urbano da cidade do Rio de Janeiro (1850-1870).*

7.2.1. — *O artesanato e a manufatura.*

Definimos o artesanato como um processo produtivo no qual o trabalhador direto possui o contrôle absoluto do processo de produção, controlando portanto todos seus meios de trabalho. Da mesma forma, categorizamos o processo produtivo manufatureiro como uma forma de transição ao processo de produção industrial avançado, em que o produtor direto controla seus instrumentos de trabalho, o que determina que de sua habilidade dependerá; mas, por outro lado, não possui o contrôle do funcionamento dos meios de produção em seu conjunto, pois existe uma divisão técnica de trabalho na manufatura. Essa orientação a partir das relações técnicas de produção nos permitiu ensaiar a categorização sócio-profissional.

O artesanato e a manufatura envolviam 40% da população ativa livre. A metade da mão-de-obra escrava maior de 14 anos era especializada em artes ou ofícios. Eram as paróquias urbanas mais populosas que se dedicavam a essas atividades, especialmente. A paróquias do Sacramento, São José, Santana, Santa Rita, Santo Antônio e Espírito Santo concentravam sua população numa média de 9,4 habitantes por casa e serão exatamente nelas que se acumularão as atividades artesanais e manufatureiras.

O Almanak Laemmert apresenta 60 classificações artesanais diferentes das quais os carpinteiros, ferreiros-serralheiros, funileiros-latoeiros e marceneiros ag'omeram o maior número de especialistas.

Codificando as manufaturas veremos que as fábricas de torrefação de café, de charutos e cigarros, seguidas das de chapéus, sabão e óleo assim como as fábricas de velas de sebo são as mais importantes. Dedicadas tôdas em transformar matérias primas facilmente acessíveis, não requerem capital constante muito volumoso. Utilizam-se de mais operários, se é que podemos chamar assim assalariados que trabalham ao lado de escravos.

Reduzidas em número, mais utilizando-se de mais de 40 operários e nenhum escravo, temos as fábricas de cerveja, calçados, conservas de alimentos, máquinas a vapor e vinagre.

7.2.2. — *O comércio.*

O comércio no Rio de Janeiro era hipertrofiado. Canalizando as exportações de café, não atendia, pela débil estrutura do artesanato e da manufatura, as solicitações do mercado interno. As importações maciças, por sua vez, impediam que a acumulação resultasse em investimentos industriais. Assim, as atividades na esfera da circulação, intermediárias entre as importações e exportações envolviam grande número de comerciantes e empregavam grande parte da população ativa.

A maior concentração comercial se dava na Paróquia da Candelária, onde a proximidade do pôrto explicava a atração para essa região das firmas mais fortes de exportação e importação, assim como os bancos. Numa população de 9.239 habitantes havia 4.512 proprietários de lojas comerciais. Dessas 2/3 pertenciam a estrangeiros que são também majoritários em comparação aos brasileiros em termos populacionais: 3.971 brasileiros e 5.568 estrangeiros. Os escravos não representam nem 20% da população g'obal. Seguem-se por ordem de importância comercial a paróquia do Sacramento, São José, Santana e Santa Rita, que reunidas possuem 11.662 comerciantes.

Cobrindo 80% das atividades mercantis temos o comércio de gêneros alimentícios, vestuários e ferragens.

7.2.3. — *Clero, Militares, Funcionários Públicos e Profissionais Liberais.*

Espalhados pelas freguesias já citadas e especialmente nas de cunho mais pròpriamente residencial como Lagoa, Glória e São Cristovão, essas atividades apresentam um número bastante próximo no censo de 1870 e no Almanak Laemmert, donde realizamos o seguinte quadro:

Profissões	% da população	
	livre	global
Clero	0,2	0,2
Militares	4,1	3,2
Funcionários Públicos	1,7	1,3
Profissionais Liberais	1,5	1,2

O clero é representado por um número bastante reduzido o que corresponde a um momento crítico de enfraquecimento do poder clerical. Nos vinte anos em questão a taxa de vocações sacerdotais em 0,8% ao ano.

Para analisar a taxa realmente muito alta de militares é preciso lembrar a guerra do Paraguai, cuja desmobilização só se fez muito lentamente.

50% das profissões ditas liberais são preenchidas por médicos-cirurgiões (692), advogados (293), professores particulares (250). Em números menores aparecem engenheiros civis e mecânicos, farmacêuticos, dentistas, contadores, parteiras, etc.

7.4. — *Alguns aspectos da codificação sócio-profissional nas freguesias rurais.*

Apesar de exercerem atividades diferentes que impedem uma análise em bloco, as freguesias rurais vivem no decorrer do século XIX problemas mais ou menos idênticos: grandes propriedades decadentes, lavouras de subsistência incapazes de satisfazer o mercado urbano, sofrem processo de urbanização gradativo que possui dois indicadores de maior significado: o crescimento do número de proprietários, determinando o fracionamento da terra e o aumento do número de profissionais liberais.

7.4.1. — *Campo Grande e Guaratiba.*

Campo Grande era uma região de antigas fazendas de açúcar e café. Entre 1860/70 possuía 40 fazendas de café, 10 de aguardente e 7 de açúcar que, ao lado de pequenas propriedades de substância empregavam 3.521 homens livres e 2.040 escravos.

Em Guaratiba 3.794 lavradores, um têrço dos quais escravos, atendiam as necessidades de mão-de-obra das 59 propriedades cafeicultores e 9 de pecuária. Apenas a prosperidade dessas freguesias poderia justificar índice tão alto de utilização de braço escravo numa época em que as cotações no mercado negreiro ascendiam em função da grande procura por parte dos fazendeiros do Vale do Paraíba.

7.4.2. — *Jacarepaguá e Santa Cruz.*

Nessas duas freguesias domina a pequena propriedade. Tôdas elas viveram períodos áureos como exportadoras de açúcar mas as limitações impostas pe'a retração da procura e a urbanização

sempre crescente do Rio de Janeiro, reorientaram suas atividades no sentido da lavoura de subsistência.

Em Jacarepaguá 154 proprietários fornecem produtos hortigranjeiros a cidade, empregando 800 lavradores livres e 1.224 escravos.

Em Santa Cruz, a mão-de-obra era predominantemente livre na produção de 1.056 para 564 escravos.

7.4.3. — *Inhaúma.*

Com 4 fábricas de louças, 3 de telhas, 2 de cola e 1 de aguardente, além de 4 trapiches, armazéns de café, fazendas e molhados, Inhaúma é mais suburbana que propriamente rural. Suas atividades repousam na mão-de-obra livre assalariada, donde de seus 7.190 habitantes, apenas 1.100 são escravos (8).

*

8. CONCLUSÃO.

Acreditamos que o prosseguimento de nossa pesquisa, sobretudo o levantamento e a utilização dos dados contidos nos Arquivos do Tribunal do Comércio e Indústria, como administrativo e das fontes manuscritas que localizamos na Biblioteca do Arquivo do Estado da Guanabara, permitirão o esclarecimento de um grande número de aspectos desconhecidos ou mal conhecidos da demografia histórica do Rio de Janeiro. Por ora, se algumas grandes linhas podem ser vislumbradas, as lacunas, os pontos obscuros e os detalhes que nos escapam são muito numerosos. Acreditamos, porém, na utilidade de indicar a existência, a natureza e a localização de fontes de grande interesse para a história da cidade no século XIX.

*

* *

INTERVENÇÕES.

Do Prof. *Lycurgo Santos Filho* (UEC/Campinas. São Paulo).

Diz que poder-se-ia levantar a questão da credibilidade absoluta ou relativa dos dados estatísticos obtidos nos séculos passados, no Brasil. Para certos aspectos, como para nosologia, êsses

(8). — Os dados numéricos quer dos livros paroquiais, quer do *Almanak Laemmert* e dos Relatórios, foram trabalhados graças ao auxílio de Renato Mayer, do IPGE da Fundação Getúlio Vargas, a quem agradecemos.

dados são relativos e incertos. Entretanto, no presente estudo, acredita que os dados estatísticos tenham valor.

*

Da Prof.^a *Jeanne Berrance de Castro* (FFCL/Rio Claro. São Paulo).

Afirma que com referência às informações dos atestados de óbito discorda da Autora, pois problemas que encontrou em atestados de óbito que apresentou na sua Comunicação, são quase iguais aos encontrados atualmente na Pesquisa do Serviço Pan-Americano de Saúde Pública, segundo informações do Prof. Ruy Laurenti, encarregado do setor de São Paulo.

*

Da Prof.^a *Júlia M. Scarano* (FFCL/Rio Claro. São Paulo).

Declara que gostaria de felicitar a Autora pelo seu trabalho que julga bastante interessante, pois é baseado em vários tipos de documentação. Pergunta: qual o objetivo que a Autora se propõe: a pesquisa está centrada numa codificação sócio-profissional ou há outros problemas que interessam? Quais os documentos mais interessantes?

*

* *

RESPOSTAS DA PROFESSORA BÁRBARA LEVY.

Ao Prof. *Lycurgo Santos Filho*.

Responde que qualquer material estatístico, no século passado ou no atual, requer, antes de sua utilização, uma severa análise crítica em função desta técnica se prestar a artifícios, segundo aspectos tendenciosos ou ao agrupamento errôneo dos dados, o que tem por efeito anular sensivelmente seu valor. É importante verificar minuciosamente a análise com documentação concreta, efetuar cálculos e proceder a um reagrupamento. Uma vez criticados e reelaborados pode-se lucrar muito com essa documentação e traçar um quadro autêntico da mortalidade, como é o seu caso específico.

*

À Prof.^a *Jeanne Berrance de Castro*.

Declara que trata-se, sem dúvida, de um equívoco, já que não trabalha com atestados de óbito passados por médicos ou autori-

dades semelhantes. O que foi dito e reafirmado no momento é relativo aos *registros de óbitos* passados pelos párocos das respectivas freguesias.

*

À Prof.^a *Júlia M. Scarano*.

Diz que a codificação sócio-profissional é para ela de um interesse mediato. Uma técnica através da qual pretende transformar os dados empíricos. Uma vez obtida a codificação, passar-se-á a conceituação dos elementos de formação do trabalho livre, anterior à estrutura capitalista.

Acrescenta ainda que é difícil determinar uma hierarquia entre os corpos documentais levantados, pois depende da multiplicidade e riqueza deles a articulação do conjunto estudado.